

RO 110600-90.2008.5.17.0008 – 2ª Turma – Publicação: DEJT 28.04.2010

RECORRENTE: Ministério Público do Trabalho da 17ª Região

RECORRIDA: Companhia Siderúrgica de Tubarão - CST

RELATOR: DESEMBARGADOR CLAUDIO ARMANDO COUCE DE MENEZES

EMENTA: 1) REVISTA DE EMPREGADOS E PRESTADORES DE SERVIÇOS. ILICITUDE. É certo que o fato de o trabalhador ser revistado por segurança da empresa toda vez que adentra e deixa o local de trabalho causa-lhe vexame e vergonha, mormente porque expõe a sua intimidade ao ter de revelar o conteúdo de sua bolsa. Toda e qualquer espécie de revista pessoal de empregado, não apenas a revista íntima, se reveste de ilicitude, uma vez que põe em dúvida a honestidade do obreiro, ofendendo a sua dignidade. Cabe à empresa adotar meios menos invasivos à intimidade do empregado para prevenir perda patrimonial, como a instalação de controle de estoque diário de entrada e saída de produtos ou de meios magnéticos de detecção, pois, do sopesamento destes dois direitos fundamentais, dignidade e propriedade, indubitavelmente o primeiro deve prevalecer. Nesse sentido o Enunciado 15, da 1ª Jornada de Direito Material e Processual na Justiça do Trabalho, proscrevendo toda e qualquer forma de revista nos empregados. Sob o primado da CF/88, que considera a dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito (art. 1º, III, da CF), tais atitudes não podem prosperar. O ser humano tem que ser encarado como um todo indissociável, a fim de garantir-lhe os direitos que lhe são atribuídos constitucionalmente. Há de ser visto simultaneamente como cidadão, como pai, como trabalhador. A revista indiscriminada dos empregados e dos prestadores de serviços, devido ao simples fato de os obreiros adentrarem no estabelecimento da ré ou dele se retirarem, configura-se abuso de direito por parte do empregador, transmudando-se em ato ilícito, que deve ser prontamente reprimido! Recurso provido. **2) DANO MORAL COLETIVO – CARACTERIZAÇÃO – ÔNUS DA PROVA.** A prática reiterada e abusiva de revistas ilícitas em empregados e prestadores de serviços ao longo dos anos gera dano moral coletivo, e o consequente direito à sua reparação. Não se trata, *in casu*, de reparação de dano individual, mas sim aquele que atingiu toda uma coletividade. A conduta da ré acarretou dano moral coletivo, que tem aplicação no campo dos chamados interesses difusos e coletivos. As lesões aos interesses difusos e coletivos não somente geram danos materiais, mas também podem gerar danos morais. O ponto-chave para a aceitação do chamado dano moral coletivo está na ampliação de seu conceito, deixando de ser o dano moral um equivalente da dor psíquica, que seria exclusividade de pessoas físicas. Qualquer abalo no patrimônio moral de uma coletividade também merece reparação. Devemos ainda considerar que o tratamento transindividual aos chamados interesses difusos e coletivos origina-se justamente da importância destes interesses e da necessidade de uma efetiva tutela jurídica. Ora, revistar ilicitamente empregados e prestadores de serviço, inclusive com o exame

visual do conteúdo de suas bolsas, afeta toda a sociedade e vai de encontro ao princípio social da empresa. Assim, porque a ré desrespeitou o superprincípio da dignidade da pessoa humana e não cumpriu o dever de matriz constitucional de respeitar a intimidade e a privacidade de seus funcionários e prestadores de serviços, bem como a presunção de inocência dos trabalhadores em geral, os sentimentos de angústia, vexame, intranquilidade e constrangimento de toda uma coletividade deve ser reparado. No que pertine ao ônus da prova, de acordo com a jurisprudência da primeira turma, do Superior Tribunal de Justiça: *"O dano moral está ínsito na ilicitude do ato praticado, decorre da gravidade do ilícito em si, sendo desnecessária sua efetiva demonstração, ou seja, como já sublinhado: o dano moral existe in re ipsa"*.